

Sumário

Parte I – Direito Internacional Público, 1

1 Sociedade Internacional e Direito Internacional, 3

- 1.1 Comunidade e sociedade internacional, 3
 - 1.1.1 Os Estados não são mais os únicos sujeitos do direito internacional, 4
 - 1.1.2 Primazia do Estado na sociedade entre entidades políticas distintas, 5
 - 1.1.3 A presença das organizações internacionais, 6
 - 1.1.4 A sociedade internacional como sociedade de toda a humanidade, 6
- 1.2 Origens do Direito Internacional Público, 8
 - 1.2.1 Renascença, 8
 - 1.2.2 O desenvolvimento do Direito Internacional Público clássico (séculos XVII-XX), 10
- 1.3 Definição e fundamento do Direito Internacional Público, 11
 - 1.3.1 Traços característicos do Direito Internacional Público, 12
 - 1.3.2 Fundamentos do Direito Internacional Público, 13

2 Fontes do Direito Internacional, 19

- 2.1 Rol das fontes do Direito Internacional Público, 19
 - 2.1.1 Fontes formais e fontes materiais de Direito Internacional Público, 19
 - 2.1.2 Fontes formais e normas legais, 20
 - 2.1.3 Hierarquia de fontes e hierarquia de normas, 20
 - 2.1.4 O art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, 24

- 2.2 O costume internacional e os princípios gerais do direito internacional, 25
 - 2.2.1 Elementos essenciais – a prática, 26
 - 2.2.2 Elementos essenciais – a *opinio juris*, 28
 - 2.2.3 A codificação do costume internacional, 29
- 2.3 Fontes auxiliares: Princípios gerais do Direito Internacional Público, jurisprudência internacional, doutrina dos publicistas, atos unilaterais dos Estados, decisões das organizações internacionais. Analogia e equidade. *Soft law*, 30
 - 2.3.1 Os princípios gerais do direito internacional, 30
 - 2.3.2 A doutrina e a jurisprudência internacional, 32
 - 2.3.3 Atos unilaterais dos Estados, 33

3 Direito dos Tratados Internacionais, 35

- 3.1 Conceito de tratado internacional. Terminologia e classificação, 35
 - 3.1.1 O problema da denominação, 36
 - 3.1.2 Os elementos constituidores: *negotium* e *instrumentum*, 37
 - 3.1.3 Classificações, 37
- 3.2 Processo de formação dos tratados internacionais, 39
 - 3.2.1 Negociação e redação, 39
 - 3.2.2 A assinatura do tratado, 42
 - 3.2.3 Ratificação (aprovação e aceitação), 42
- 3.3 Procedimento constitucional brasileiro relativo à ratificação dos tratados e reservas, 44
 - 3.3.1 A internalização do tratado enquanto regra de direito interno, 44
 - 3.3.2 A questão das reservas, 46
- 3.4 Efeitos dos tratados e suas modalidades de extinção, 48
 - 3.4.1 Efeitos entre as partes contratantes, 48
 - 3.4.2 Efeitos com relação a terceiros Estados, 49
 - 3.4.3 Fim dos efeitos dos tratados e as modalidades de extinção, 50

4 Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno, 55

- 4.1 Teorias monista e dualista, 55
 - 4.1.1 A doutrina dualista, 55
 - 4.1.2 A teoria monista, 57
 - 4.1.3 A prática internacional, 59
- 4.2 Conflitos entre tratados internacionais comuns e normas constitucionais brasileiras, 60
 - 4.2.1 A primazia constitucional, 60
 - 4.2.2 Conflito de tratados comuns com leis ordinárias posteriores, 61
 - 4.2.3 Critérios de solução de conflitos: aspectos cronológicos e de especiali-

dade, 62

4.3 Incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro, 63

4.3.1 Índole constitucional, 64

4.3.2 A análise no Supremo Tribunal Federal, 65

5 O Estado e a Ordem Jurídica Internacional, 67

5.1 O Estado como pessoa do direito internacional, 67

5.1.1 Os elementos físicos da definição do Estado, 68

5.1.2 A natureza jurídica do território, 72

5.1.3 A população do Estado, 73

5.1.4 A soberania, 75

5.2 Direitos e deveres fundamentais do Estado, 75

5.3 Surgimento e reconhecimento de Estado e de Governo, 77

5.3.1 O reconhecimento, 77

5.3.2 Casos de reconhecimento, 78

5.4 Responsabilidade internacional dos Estados, 79

5.4.1 Condições para aplicação da responsabilidade internacional, 80

5.4.2 Efeitos da responsabilidade internacional, 81

6 O Direito das Organizações Internacionais, 83

6.1 Conceito de organização internacional, suas fontes e características específicas, 84

6.1.1 Características específicas das organizações internacionais, 84

6.1.2 As fontes de direito aplicável às organizações internacionais, 85

6.2 Estrutura e competências das organizações internacionais, 87

6.2.1 Estrutura organizacional, 87

6.2.2 Classificação das organizações internacionais, 89

6.3 Organização das Nações Unidas (ONU), 90

6.3.1 Contexto histórico do surgimento da Organização das Nações Unidas e fracassos da Sociedade das Nações, 90

6.3.2 O equilíbrio político dos órgãos: Assembleia Geral e Conselho de Segurança, 92

6.3.3 A Corte Internacional de Justiça, 96

7 A Pessoa Humana e o Direito Internacional, 101

7.1 O indivíduo como sujeito de direito internacional, 101

7.1.1 Evolução histórica, 102

7.1.2 O posicionamento do indivíduo enquanto verdadeiro sujeito de direito, 103

- 7.2 Direito internacional dos direitos humanos, 104
 - 7.2.1 A Carta da ONU e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, 104
 - 7.2.2 Os Pactos Internacionais de 1966, 106
 - 7.2.3 A comissão e o conselho de direitos humanos da ONU, 107
- 7.3 Sistemas regionais de proteção aos direitos humanos, 108
 - 7.3.1 O sistema europeu, 108
 - 7.3.2 O sistema interamericano, 109
- 7.4 Direitos Humanos, Direito Humanitário e a ingerência humanitária, 110
 - 7.4.1 Ausência de estatuto jurídico internacional claro do direito de ingerência humanitária, 111
 - 7.4.2 As decisões da ONU e a prática dos Estados, 113
 - 7.4.3 Campo de aplicação e aplicação do conceito de ingerência humanitária, 115

8 Conflitos Internacionais e Mecanismos para sua Solução, 119

- 8.1 Noção de conflito internacional e a escolha dos métodos, 119
 - 8.1.1 A teoria das controvérsias justiciáveis e não justiciáveis, 120
 - 8.1.2 A escolha dos métodos, 121
- 8.2 Mecanismos diplomáticos de resolução de controvérsias, 123
 - 8.2.1 A negociação, 123
 - 8.2.2 A intervenção de terceiros, 124
- 8.3 Meios coercitivos de solução de conflitos, 126
- 8.4 Meios jurisdicionais, 128
 - 8.4.1 Diferenças entre o árbitro internacional e o juiz internacional, 128
 - 8.4.2 Formas de expressão do consentimento à solução jurisdicional, 131
- 8.5 A guerra, 133

Parte II – Direito Internacional Privado, 137

9 O Direito Internacional Privado, 139

- 9.1 O conceito e a denominação da disciplina, 139
- 9.2 O fundamento do Direito Internacional Privado, 142
 - 9.2.1 As funções do Direito Internacional Privado, 142
 - 9.2.2 Os objetivos do Direito Internacional Privado, 142
- 9.3 O desenvolvimento histórico, as escolas estatutárias e os principais doutrinadores da disciplina, 144
 - 9.3.1 O surgimento do Direito Internacional Privado: fases históricas, 144
 - 9.3.2 As escolas estatutárias, 145

9.3.3 A formação e o surgimento das novas teorias do Direito Internacional Privado. Doutrinas fundamentais: Joseph Story, Savigny, Mancini, Pillet, 146

9.3.4 Doutrina brasileira, 148

9.4 O objeto de estudo do Direito Internacional Privado, 149

9.4.1 Conflitos de leis no espaço, 149

9.4.2 Nacionalidade, 150

9.4.3 Conflito de jurisdição, 151

9.4.4 Condição jurídica do estrangeiro, 151

9.4.5 Direitos adquiridos no âmbito internacional, 152

10 Fontes do Direito Internacional Privado, 153

10.1 Fontes materiais e formais do Direito Internacional Privado, 153

10.1.1 Definição de fonte formal e fonte material, 154

10.1.2 A relação entre o direito natural e o direito positivo, 154

10.2 A classificação das fontes de Direito Internacional Privado, 155

10.2.1 Classificação de Brocher, 155

10.2.2 Classificação de Bustamante, 156

10.2.3 Classificação de Pillet, 156

10.2.4 Classificação de Clóvis Beviláqua, 157

10.2.5 Classificação de Weiss, 158

10.2.6 Classificação dominante, 158

10.2.7 Método de interpretação do Direito Internacional Privado, 161

11 A Teoria da Qualificação e os Elementos de Conexão, 163

11.1 A teoria da qualificação, 163

11.1.1 Fundamentos e conceitos, 163

11.1.2 Normas qualificadoras, 164

11.1.3 A qualificação no direito internacional brasileiro, 166

11.2 Elemento de conexão e objeto de conexão, 166

11.2.1 Conceito de elemento de conexão, 167

11.2.2 Conceito de objeto de conexão, 168

11.2.3 Regras de conexão, 168

11.3 Teoria do reenvio no ordenamento jurídico brasileiro: conflito negativo e positivo, 173

11.3.1 Conceito, 173

11.3.2 Teoria conducente do reenvio, 174

11.3.3 Reenvio de segundo grau, 175

11.3.4 Exceções à aceitação do reenvio, 175

12 A Aplicação do Direito Estrangeiro, 176

- 12.1 Formas de aplicação direta do direito estrangeiro, 176
- 12.2 As formas de aplicação indireta do direito estrangeiro, 179
 - 12.2.1 Documentos estrangeiros, 179
 - 12.2.2 Homologação de sentença estrangeira. Conceito de homologação e decisões passíveis de homologação, 181
 - 12.2.3 Os sistemas de homologação, 183
 - 12.2.4 Os órgãos homologadores, os pressupostos e o rito na justiça brasileira, 184
 - 12.4.5 Sentença homologada e a lide na justiça brasileira, 184
- 12.3 Limites à aplicação da lei estrangeira, 186
 - 12.3.1 Ordem pública, 186
 - 12.3.2 Bons costumes, 188
 - 12.3.3 Soberania nacional, 188
 - 12.3.4 Questão prévia, 189
 - 12.3.5 Instituições desconhecidas e abomináveis, 189
 - 12.3.6 Aproximação, 190
 - 12.3.7 Direitos adquiridos, 190

13 A Nacionalidade, 192

- 13.1 Conceito de nacionalidade e sua importância para o Direito Internacional Privado, 192
 - 13.1.1 Conceito, 192
 - 13.1.2 As funções da nacionalidade, 194
 - 13.1.3 A nacionalidade, prerrogativa essencial da soberania dos Estados, 195
- 13.2 Formas originária e derivada de aquisição da nacionalidade, 197
 - 13.2.1 Aquisição de nacionalidade, 198
 - 13.2.2 Mudança de nacionalidade, 198
 - 13.2.3 Naturalização, 200
 - 13.2.4 Perda e renúncia, 200
 - 13.2.5 Polipátrida e apátrida, 200
 - 13.2.6 A questão da nacionalidade após processos de sucessão de Estados, 202
- 13.3 O direito brasileiro da nacionalidade, 202
 - 13.3.1 Regras brasileiras, 203
 - 13.3.2 Nacionalidade originária, 203
 - 13.3.3 Naturalização, 204
 - 13.3.4 Direitos especiais dos portugueses, 204
 - 13.3.5 Hipótese inconstitucional da nacionalidade brasileira, 205

- 13.3.6 Nacionalidade da mulher casada, 205
- 13.3.7 Jurisprudência internacional e jurisprudência brasileira, 206

14 A Condição Jurídica do Estrangeiro, 207

- 14.1 O conceito de estrangeiro e sua situação jurídica no direito brasileiro, 207
 - 14.1.1 A situação jurídica do estrangeiro, 207
 - 14.1.2 A assimilação do estrangeiro, 209
- 14.2 O Estatuto do Estrangeiro: a Lei nº 6.815 de 1980, 209
 - 14.2.1 Entrada, permanência e saída do estrangeiro, 209
 - 14.2.2 Dos tipos de visto, 210
 - 14.2.3 Da deportação, 212
 - 14.2.4 Da expulsão, 212
 - 14.2.5 Da extradição, 213
 - 14.2.6 Do banimento e do desterro, 214
 - 14.2.7 Do asilo político e do terrorismo, 215
- 14.3 A proteção constitucional do estrangeiro no Brasil, 216
 - 14.3.1 Os direitos constitucionais do estrangeiro e o art. 5º do texto constitucional, 216
 - 14.3.2 Estatuto do refugiado, 217
 - 14.3.3 Restrição ao exercício dos direitos políticos, 217
 - 14.3.4 Aquisição de direitos sociais, 219
 - 14.3.5 Das liberdades, 219

15 O Processamento Internacional e a Prova no Exterior, 221

- 15.1 Os litígios internacionais e o processo, 221
 - 15.1.1 Necessidade do direito processual internacional, 221
 - 15.1.2 O princípio da *lex fori*, 222
- 15.2 A capacidade processual do estrangeiro, 222
 - 15.2.1 Noção de capacidade processual, 222
 - 15.2.2 O direito aplicável à capacidade processual do estrangeiro, 223
 - 15.2.3 A imunidade dos Estados soberanos, 224
 - 15.2.4 Os agentes diplomáticos, consulares, a ONU e outras organizações internacionais e seus agentes, 225
- 15.3 Cooperação judiciária internacional, 227
 - 15.3.1 A necessidade da cooperação internacional, 227
 - 15.3.2 Objetos da cooperação judiciária internacional, 228
 - 15.3.3 Meios da cooperação judiciária internacional, 228
- 15.4 A colheita de provas no exterior, 230
 - 15.4.1 A necessidade da cooperação internacional para a colheita de provas, 230

- 15.4.2 A relação com a lei brasileira, 231
- 15.4.3 Meios de colher as provas, 232
- 15.4.4 Validade dos documentos estrangeiros, 233

16 A Jurisdição e a Competência Internacional, 235

- 16.1 O conceito de jurisdição internacional, sua natureza jurídica e importância para o Direito Internacional Privado, 235
 - 16.1.1 Conceito de competência internacional no Direito Internacional Privado, 235
 - 16.1.2 Natureza jurídica, 236
 - 16.1.3 Relação da jurisdição internacional com a jurisdição nacional, 237
- 16.2 Fundamentos da competência internacional, 239
 - 16.2.1 O internacionalismo, nacionalismo e universalismo, 239
 - 16.2.2 Princípios de efetividade e submissão, 240
- 16.3 Critérios gerais para a determinação da jurisdição internacional e sua relação com os elementos de conexão, 241
 - 16.3.1 Domicílio do réu, 241
 - 16.3.2 Local de execução da obrigação, 242
 - 16.3.3 Local do ato ilegal, 243
 - 16.3.4 Local dos bens, 243
 - 16.3.5 Os fenômenos do *forum shopping* e do *forum non conveniens*, 244
- 16.4 As práticas internacionais e nacionais da jurisdição internacional, 245
 - 16.4.1 União Europeia, 245
 - 16.4.2 Mercosul, 247
 - 16.4.3 ONU, 248

17 O Direito Civil Internacional, 250

- 17.1 A situação jurídica da pessoa natural, 250
 - 17.1.1 Lei pessoal e estatuto pessoal, 250
 - 17.1.2 Estado, personalidade e capacidade, 251
 - 17.1.3 Direito da personalidade, 252
 - 17.1.4 Fim da personalidade civil, 252
 - 17.1.5 A personalidade das pessoas jurídicas, 253
- 17.2 O exercício de direitos civis no âmbito internacional, 254
 - 17.2.1 O casamento, 254
 - 17.2.2 A separação judicial e o divórcio, 257
 - 17.2.3 Os bens, 258
 - 17.2.4 As obrigações, 259
 - 17.2.5 As sucessões, 260

- 17.3 A situação da pessoa jurídica, 261
 - 17.3.1 Conceito, 262
 - 17.3.2 A pessoa jurídica na ordem internacional, 262
 - 17.3.3 Direito brasileiro, 263
 - 17.3.4 Critérios para definição da nacionalidade, 264
 - 17.3.5 Tratados e convenções, 265
- 17.4 A noção de *lex mercatoria*, investimentos internacionais e a solução de suas controvérsias, 267
 - 17.4.1 A *lex mercatoria*, 267
 - 17.4.2 Definição de investimento, 268
 - 17.4.3 Arbitragem Internacional Comercial, 269
 - 17.4.4 Arbitragem ICSID, 270

Referências Bibliográficas, 275

I – BIBLIOGRAFIA, 275

A – LIVROS, MANUAIS E TESES, 275

B – ARTIGOS E CAPÍTULOS DE LIVROS, 278

II – DOCUMENTOS OFICIAIS, 281

A – TRATADOS, CONVENÇÕES E LEGISLAÇÃO, 281

B – DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, 283

(i) Assembleia Geral da ONU, 283

(ii) Conselho de Segurança da ONU, 283

C – JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL, 283

(i) Corte Permanente de Justiça Internacional, 283

(ii) Corte Internacional de Justiça, 284

(iii) Arbitragens internacionais entre Estados, 285

(iv) Outras jurisdições, 286